



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

FRANCISCO BEZERRA DA COSTA

A QUESTÃO DA URBANIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2011**

FRANCISCO BEZERRA DA COSTA

A QUESTÃO DA URBANIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado para atender a um dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba UEPB.

Orientadora: Prof. M. Sc. Francineide Pereira Silva

CATOLÉ DO ROCHA – PB
2011

C837q

Costa, Francisco Bezerra da.

A questão da urbanidade na sociedade contemporânea
[manuscrito]./ Francisco Bezerra da Costa. – 2011.
15f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Secretaria
de Educação à Distância, 2011.

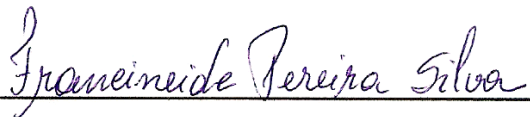
“Orientação: Profa. Ma. Francineide Pereira Silva ”.

1. Geografia humana. 2. Urbanização. 3. População. I.
Título.

21. CDD 304.2

FRANCISCO BEZERRA DA COSTA

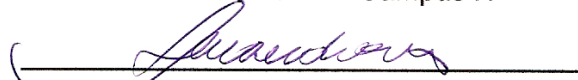
A QUESTÃO DA URBANIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA



Prof^a. Ms. Francineide Pereira Silva
Orientadora- UEPB-Campus IV



Prof. Dr. Evandro Franklin de Mesquita
Examinador- UEPB-Campus IV



Prof. Alexandre Wallace Pereira Ramos
Examinador-UEPB- Campus IV

Aprovado em: 26 de NOVEMBRO de 2011

CATOLÉ DO ROCHA-PB
2011

RESUMO

Para a elaboração do presente artigo, partimos do pressuposto que a cidade se constitui em um ambiente artificial, cuja transformação é processada pelo próprio homem, de acordo com suas necessidades. Em virtude do processo de urbanização que, nos últimos anos, tem se expandido de forma preocupante, surge a problemática ambiental urbana que ocorre à medida que as cidades vão se expandindo. A referida expansão começou a acontecer de forma mais intensa a partir do século XIX, com a industrialização e, conseqüentemente, o aumento da população, causando elevação nos índices de consumo dos recursos naturais e contribuindo para gerar sérios desequilíbrios no meio ambiente. Diante desses aspectos, que comprometem a qualidade de vida da população, é que se faz necessário discutir ações que possam amenizar a problemática ambiental da contemporaneidade, o que constitui o objetivo principal desse trabalho.

Palavras chave: Urbanização, população, recursos naturais.

ABSTRACT

For the preparation of this article, we assume that the city is in a artificial environment, whose transformation is processed by theman himself, according to your needs. In view of urbanization in recent years has expanded alarmingly, there is the urbanenvironmental problem that occurs as the cities are expanding. That expansion began to occur more intensely from thenineteenth century, with industrialization and hence population growth, resulting in high rates of consumption of natural resourcesand helping to create serious imbalances in the environment. Considering these aspects, which affect the quality of life is that it is necessary to discuss actions that can mitigate the environmental problems of contemporaneity, which is the main objective of this work.

Key words: Urbanization, population, natural resources.

INTRODUÇÃO

Gerir o espaço urbano segundo Souza (2002) consiste em um desafio para a sociedade atual, pois não implica apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a garantia de uma vida digna para a população, de forma que nenhum segmento da sociedade seja excluído deste processo. A forma como se utiliza o solo urbano pode gerar alterações causando descontrolo do uso desse espaço, dificultando a implantação de infra-estrutura, acarretando altos custos de urbanização, causando desconforto ambiental para a população, dificultando e comprometendo a sua sobrevivência e a convivência entre os indivíduos.

Os habitantes da zona urbana adquiriram um novo modo de vida imposto pelo poder. Sobre esse aspecto, Ribeiro (2001) alerta sobre a necessidade de se considerar a ordem ambiental internacional como um subsistema do sistema internacional visto que agrega atores como grupos empresariais, organizações não-governamentais, Estados, povos indígenas, resultando em uma complexa rede de relações sociais.

O meio natural transformado é resultado da ação do homem, ou seja, da sociedade de um modo geral. Podemos afirmar que a apropriação indevida do espaço urbano acaba acarretando vários problemas como, por exemplo, a ocupação e a exploração de forma inadequada desse espaço ou ambiente urbano no qual os indivíduos vivem, convivem se relacionam uns com os outros, dividindo espaços muitas vezes pequenos em busca de uma melhor sobrevivência causando transtornos muitas vezes até sérios para estas pessoas que se obrigam a se alojarem em locais de risco por não terem outras alternativas.

A questão da urbanidade envolve vários aspectos, tais como: saneamento básico, lixo e poluição. Considerando estes aspectos é que delimitamos o objetivo principal deste trabalho, o qual consiste em apresentar uma breve discussão sobre o meio ambiente urbano. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi de cunho bibliográfico que abrange a leitura, análise, e interpretação do material bibliográfico para subsidiar a fundamentação teórica do presente estudo. Inicialmente faremos uma explanação do meio urbano a partir das relações entre a sociedade e o espaço natural que eles ocupam, apresentando em seguida uma diferenciação entre o ambiente social e o ambiente natural, abordando também alguns aspectos importantes do processo de planejamento urbano.

1. O ESPAÇO URBANO: HOMEM X CIDADE

Sobre a concepção de urbanidade, a entendemos como a relação dinâmica que se estabelece entre as atividades urbanas cotidianas, as quais são bem mais complexas do que as funções urbanas sempre renováveis e ampliáveis e o espaço público adequado a sua realização.

Para Jacobs (2009) o grau de *urbanidade* de uma cidade, de uma metrópole ou de um bairro depende intrinsecamente do grau de *vitalidade urbana* ali presente. Para a referida autora, manejar a complexidade urbana através de planos e projetos é uma tarefa séria e necessária. Suas análises, histórias, exemplos e citações têm como eixo o reconhecimento das ações e situações urbanas capazes de gerar ou de destruir essa vitalidade primordial. Relacionando as atividades e os seus espaços, Jacobs procura demonstrar através de argumentações que as atividades regem a vida urbana e que os espaços que as acolhem devem estabelecer com elas relações de compromisso e aliança.

Sobre a cidade, é preciso analisá-la enquanto materialização do processo de produção em sua totalidade. Na medida em que a sociedade se desenvolve, o processo geográfico também se expande. Isto acontece através do processo de produção que torna a sociedade mais dinâmica e complexa. Para Carlos (1997, p. 61): “Deve-se aqui lembrar que a cidade tem a dimensão do humano refletindo e reproduzindo-se através do movimento da vida, de um tempo específico que tem na base o processo de construção humana”.

Uma das principais características de toda estrutura social é o constante movimento dos seus elementos, o que ocasiona incessantes processos de recomposição e o espaço urbano não está isento desse processo.

De acordo com Ascher (1998, p. 141) é preciso “considerar a cidade como complexa e não só como complicada”, portanto, é necessário

[...] que ela funcione tendo na base lógicas e racionalidades múltiplas eventualmente contraditórias; que forme um sistema aberto; que os seus equilíbrios são instáveis; que variações ligeiras podem engendrar mudanças consideráveis; que as evoluções são geralmente irreversíveis.

É perceptível que atualmente o interesse das pessoas que moram nas cidades em relação a natureza está crescendo devido o aumento do nível de conscientização que a população vem adquirindo ao longo do tempo, é perceptível também que atualmente existe uma maior preocupação com os custos que a degradação ambiental acarreta e com os fatores que causam problemas à saúde das pessoas, entretanto, é preciso considerar que ainda falta muito para termos um ambiente saudável nas nossas cidades.

A relação entre o homem e o ambiente natural em que ele vive faz com que o ecossistema seja muito diferente do que existia antes, pois a atividade desenvolvida nele atualmente vem causando problemas no espaço urbano: poluição da água e do solo, exploração dos recursos, enchentes, afetando diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Diante desse quadro, cada vez mais o crescimento projetado da população mundial irá demandar um esforço para satisfazer a necessidade de moradia, alimentação, emprego e lazer dessas populações, pois segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) a população mundial chegou a marca dos 7 bilhões de pessoas nesse ano de 2011 e a expectativa é que o mundo chegue a 10 bilhões em 2083 e, segundo as estimativas de especialistas, o mundo só tem a capacidade de abrigar 14 bilhões de pessoas, sendo assim está na metade da sua capacidade de abrigar gente.

Dessa forma, o desafio que se coloca hoje à cidade está, segundo Vilaça e Guerra (1994, p. 81) relacionado à “capacidade de contrariar as tendências de uma cada vez maior segregação sócio-espacial que o custo dos bens urbanos está a provocar.” O que nos possibilita inferir que o referido desafio tem uma raiz econômica, mas é principalmente de caráter sócio-político, visto que, conforme os citados autores “o primado da economia está a destruir, cada vez mais a capacidade de convivência sócio-espacial gerando formas altamente segregadas de ocupação territorial”.

Diversos autores já realizaram estudos na busca de uma definição do que é cidade. Podemos considerar a definição de George (1983), o qual analisa a cidade numa perspectiva histórica, a cidade de acordo com cada época, pois ela vai se transformando na medida em que a sociedade se modifica. Dessa forma, podemos concluir que a cidade assume formas e características diferentes de acordo com o momento histórico pelo qual passa.

Diante do anteriormente exposto, surge o seguinte questionamento: quem produz então o espaço urbano? Podemos citar como exemplo alguns agentes sociais que fazem e refazem a cidade, tais como: o Estado, os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, os grandes industriais e também os grupos sociais excluídos.

Nesse sentido, Corrêa (2000) lembra que o espaço urbano de uma grande cidade se constitui num primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos de terras justapostos entre si, tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, serviços, áreas industriais, áreas residenciais diferentes em termos de forma e conteúdo social. Este complexo conjunto é, na realidade, a organização espacial da cidade, ou seja, simplesmente, o espaço urbano que aparece como espaço fragmentado.

Dessa forma, há uma necessidade de empenho e planejamento bem maior por parte do poder público, ou seja, uma integração de políticas públicas como, por exemplo, as políticas de habitação, saneamento básico e a própria política ambiental, vale salientar que, além desses interesses encontra-se o direito que todos têm ao meio ambiente equilibrado.

Podemos perceber ainda que o atual modo de vida no espaço urbano traz problemáticas mais complexas, como o rápido aumento no número das cidades que ao mesmo tempo gera graves impactos para o meio ambiente urbano e para o próprio homem. Para Ribeiro (2001), as alterações geográficas aumentam a desigualdade sócio- espacial gerando uma excessiva concentração de riqueza que podemos observar no mundo atual.

A urbanização no Brasil começou a acontecer de forma mais intensa a partir do ano de 1950 em virtude, sobretudo, do advento da indústria nacional, pois as cidades passaram a ser atrativas para a população em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

De acordo com Santos (1993, p.31):

A aceleração da urbanização a partir da segunda guerra mundial é concomitante ao crescimento demográfico brasileiro registrado na época, que resultou em grande parte de um decréscimo na mortalidade devido aos progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização.

O espaço urbano afeta a vida cotidiana das pessoas trazendo dificuldades como, por exemplo, o trânsito, problemas com moradia, principalmente a falta dela para uma grande parte da população. Porém, para Ribeiro (2001) também possibilita o encontro rápido, casual, da identidade pós moderna, encenada em um dos muitos qualitativos ao ser no mundo atual.

As relações sociais que acontecem no espaço urbano, ou seja, nas cidades, está diretamente relacionada ao meio natural, nesse sentido é relevante compreendermos a concepção de natural e termos clareza acerca das diferenças entre natural e artificial, para tanto, recorremos a Santos (1993), o qual entrelaça a natureza ao artificial, ou seja, são as pessoas que moram no espaço que o transforma de acordo com suas necessidades. Dessa forma, o ambiente constitui o resultado das relações entre a sociedade e o meio natural que as pessoas ocupam. Contudo, a cidade não deixa de ser parte da natureza, pois ela se submete as suas dinâmicas e processos naturais.

Antes do advento da indústria, e conseqüentemente das máquinas, o homem concebia a natureza como divina e dela só extraia aquilo que era necessário para a sua sobrevivência, mas como o capital é o principal agente dos meios técnicos e científicos, estes começaram a impor novos hábitos, afetando consideravelmente o meio natural.

Sobre esse aspecto, Spósito (2003, p. 295) afirma que:

A partir desse enfoque caberia, então, outra linha de raciocínio: se o ambiental é a síntese, ainda que contraditória, entre o natural e o social, o embate seria, antes, entre o social e o político, sendo a questão ambiental, nas cidades, uma das expressões mais completas desse conflito.

2. PLANEJAMENTO AMBIENTAL

A partir do século XIX começou a acontecer de forma intensa e profunda o avanço da urbanização afetando as condições atuais das cidades que abrigam cada vez mais a população do planeta. Dessa maneira, as autoridades governamentais passaram a enfrentar grandes problemas para controlar o desenvolvimento desenfreado das cidades, garantir a inclusão social e, conseqüentemente, o pleno exercício da cidadania por parte dos habitantes, visto que um dos aspectos particularmente importantes da exclusão social acentua-se devido a crescente crise de cidadania.

É as grandes concentrações habitacionais que persistem cumulativamente os maiores estrangulamentos no que concerne aos direitos à cidade, ao alojamento, ao emprego, aos serviços, à cultura e à qualidade de vida urbana e à cidadania. A exclusão prende-se, ainda, com uma ausência de dignidade multiforme na medida em que existem muitas formas de se sentir e ser concebido como digno habitante de uma cidade, tantas quantas as distribuições do capital econômico, cultural, social e suas combinatórias o ditem. A grande questão parece ser a de não se conseguir a integração em tecidos socialmente diferenciados, transformando-se assim, a desintegração urbana de que tanto se ouve falar em desintegração social e cívica.

Os habitantes urbanos, principalmente dos grandes aglomerados habitacionais perdem paulatinamente o sentimento dos seus interesses coletivos e a capacidade de se mobilizarem em torno de projetos comuns que visem à melhoria do espaço urbano, sobre esse aspecto, Ferreira (1993, p. 984) afirma

Até a década de setenta, era possível construir análises dos movimentos sociais, na medida em que as reivindicações discorriam da «crise urbana», a qual se associava a períodos de continuidade social.(...) As ações coletivas identificavam as necessidades sociais aos sistemas de representação social através de problemas concretos: habitação, espaços de lazer, infra-estruturas coletivas e vida associativa.

Nesse âmbito, é relevante citar as mobilizações realizadas antigamente pelas Associações de Moradores, as quais Pereira (1997, p. 33) refere-se da seguinte forma:

[...] o entusiasmo era transbordante. As populações, cansadas de promessas e de uma vida em condições infra-humanas, viam chegar o dia em que podiam ter uma verdadeira casa para habitar; os técnicos viam realizada a possibilidade de uma afirmação direta do interesse social da sua profissão, libertos de peias burocráticas, de hierarquias autocráticas e de esquemas abstratos, metendo profundamente as mãos na massa.

Portanto, o processo de ocupação do território urbano deve se constituir a partir da utilização controlada dos recursos naturais, pois esta é uma premissa básica para a viabilização de todo e qualquer projeto de desenvolvimento equilibrado. Para tanto, é imprescindível que cada cidadão assuma seu papel na sociedade, o que requer políticas de inclusão social e conscientização ambiental incentivadas e implantadas não apenas pelo Poder Público, mas por todos os segmentos e classes que compõem a sociedade. Sem tal ação, complexa diante dos paradigmas atuais de país em desenvolvimento, torna-se inviável pensar e propor soluções para os problemas ambientais e a possível melhoria na qualidade de vida.

Dessa forma, quem passou a dominar o crescimento das cidades foram principalmente, os mercados imobiliários que visam e tem como principal objetivo o lucro, independentemente, se vão prejudicar ou não o espaço urbano, pois o que estes mercados realmente objetivam é atingir as demandas dos diferentes setores das cidades.

Segundo Corrêa (2000) “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem”. Por isso, urge a necessidade de constantes práticas no sentido de reorganizar o espaço, objetivando a renovação urbana e a realocação diferenciada da infra-estrutura.

Pensando nessas dificuldades se tem pela primeira vez no Brasil uma regulamentação federal para as políticas urbanas, delimitando e definindo a ocupação de intervenção do território. Depois de mais de 10 anos de lutas o Congresso Nacional aprova o Estatuto da Cidade. O principal objetivo deste estatuto está em poder garantir o cumprimento da função social das cidades, sendo, portanto, estabelecido para isso normas que regulamentam o uso da propriedade urbana, em prol da coletividade.

Neste sentido, Souza (2002, p. 4) afirma:

O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis; planejamento e gestão são distintos e complementares.

Para alcançar o que é proposto, o Estatuto da Cidade traz uma série de instrumentos que dão a possibilidade de intervenção no mercado de terras bem como no de mecanismos de produção. Dentre eles, está o de estratégia de gestão, que concede à sociedade de um modo geral a possibilidade de participar dos processos de decisões sobre o destino das cidades.

A NBR ISO 14.001 (1996) trata do desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e tem no planejamento um de seus requisitos, de acordo com a referida NBR, para se proceder ao planejamento dos aspectos ambientais,

A organização deve estabelecer e manter procedimento(s) para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que possam por ela ser controlados e sobre os quais presume-se que ela tenha influência, a fim de determinar aqueles que tenham ou possam ter impactos significativos sobre o meio ambiente. A organização deve assegurar que os aspectos relacionados a estes impactos significativos sejam considerados na definição de seus objetivos ambientais. A organização deve manter essas informações atualizadas.

Considerando que planejamento ambiental consiste na planificação de ações com vistas a recuperar, preservar, controlar e conservar o meio ambiente natural de determinada região, podemos inferir que, enquanto política pública, o planejamento ambiental envolve um pouco mais de questões como o levantamento de dados sobre a região para a qual se pretende fazer o planejamento, pois envolve também a análise integrada das diversas variáveis envolvidas, isto significa que, mais do que uma simples planificação de ações, o planejamento ambiental envolve um estudo detalhado e preciso do meio físico, biótico e sócio-econômico da região.

Jacobs (2009) estabelecendo comparações entre as questões urbanas americanas e o panorama urbano brasileiro atual, esclarece que o "inferno urbano" expresso numa "impossível urbanidade" é consequência de dois processos distintos:

o primeiro está relacionado aos planos e projetos equivocados e desastrosos, que comprometem a urbanidade, como é o caso das grandes cidades americanas. O segundo resulta da mais absoluta ausência de planos ou da consciência de sua necessidade, como é o caso das grandes cidades brasileiras.

No caso brasileiro, a erosão permanente da urbanidade é consequência não apenas da ausência de planos, mas, acima de tudo, da incapacidade do poder público de entender o papel contemporâneo das cidades. São poucas as cidades brasileiras que estão efetivamente empenhadas na recuperação das condições de vida urbana. Curitiba, por exemplo, desde os anos 70 instalou um processo de planejamento consistente, buscando os elementos essenciais para a reconquista de uma desejável urbanidade. De forma incipiente, outras cidades brasileiras mostram-se hoje sensíveis à necessidade de combater a ausência de qualidade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade, principal objeto de estudo do Urbanismo é muito mais do que uma aglomeração de pessoas e construções num determinado espaço territorial. É o lugar para onde converge o fluxo de capital econômico, social, financeiro, que advém de várias localidades e que estabelecem com ela relações sociais, políticas e econômicas, consiste no espaço onde também estão concentrados os bens de reprodução do capital e a força de trabalho. Isto demonstra o caráter complexo da cidade, enquanto espaço urbano.

Nela ocorrem intensas relações sociais de troca, de movimento, de poder e por isso é dinâmica. Seus espaços são dinâmicos e se transformam no decorrer do tempo em virtude destes e outros fatores.

De uma maneira geral, o meio ambiente urbano pode ser considerado como fruto da ação do homem. Com o passar do tempo esse espaço geográfico passou por transformações, principalmente, com o advento da indústria que contribuiu para o processo de intensificação da urbanização mundial, fato este, percebido no Brasil, de forma mais intensa a partir de 1950, quando houve um estabelecimento de um grande contingente populacional nas cidades, em busca de melhores condições de vida.

O uso do espaço público deve ser disciplinado por leis claras e, sobretudo aplicáveis. O poder público tem o dever de regulamentar o uso desse espaço utilizando critérios que protejam o ambiente bem como o bem estar das pessoas.

Os municípios, através dos poderes Executivo e Legislativo, deveriam ter uma preocupação maior quanto ao Direito Ambiental Urbano.

Assim para que uma cidade respeite o Direito Ambiental Urbano, deve pensar também no bem estar de sua população. Imaginem cidades do tamanho de São Paulo - SP, Campinas – SP, Rio de Janeiro – RJ, etc., estando limpas, havendo o respeito do poder público para com o cidadão, disciplinando a mídia (placas, luminosos, etc.), exigindo a restauração de todos os prédios históricos, e a reforma de todos os prédios velhos, e ainda, plantando em toda cidade, ou, em lugares pré-determinados como praças, parques, bosques, etc., árvores frutíferas onde os pássaros e pequenos mamíferos pudessem viver. Provavelmente, teríamos mais qualidade de vida.

Contudo, vale ressaltar, a importância da população nesse processo em busca de um meio ambiente mais saudável, principalmente, nas grandes cidades nas quais os problemas ambientais são bem maiores.

Portanto, todo cidadão deve ter uma formação bem mais participativa, comprometendo-se a cuidar do espaço no qual vive e sobrevive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. NBR ISO 14001: **Sistemas de Gestão Ambiental** - Especificação e Diretrizes para para uso. Rio de Janeiro, out. 1996.
- ASCHER, François. **Metapolis - acerca do futuro da cidade**. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidades. 2.ed. Brasília: Câmara dos Deputados.Coordenação de Publicações, 2002.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- FERREIRA, J.M. Carvalho. Marginalidade e movimentos sociais nos contextos urbanos. In: **Estruturas Sociais e Desenvolvimento**. Atas do III Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos/APS, 1993.
- GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo, Difel, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE-BRASIL- CENSO 2000.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PEREIRA, N. Teotónio. **Tempos, Lugares, Pessoas**. Lisboa, Ed. Público, 1997.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo, contexto, 2001.
- SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- VILAÇA, Eduardo e GUERRA, Isabel Guerra. **Degradação do parque habitacional**. In: Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 15, 1994, p. 81